

---

## TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO DO PARQUE ESTADUAL SERRA AZUL

---

### 1. Contextualização

O Programa Copaíbas é uma iniciativa de conservação ambiental, implementada com a contribuição financeira da *Norwegian Agency for Development Cooperations* - NORAD (Agência Norueguesa para Desenvolvimento e Cooperações), por meio do *Norwegian Ministry of Foreign Affairs* - MFA (Ministério das Relações Exteriores da Noruega), com gestão pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio.

O Funbio atua desde 1995 em todo o território nacional, sendo a instituição responsável pela gestão dos recursos financeiros do Programa, adquirindo bens e contratando serviços em prol dos beneficiários do COPAÍBAS.

O objetivo geral do Programa é contribuir para a redução da taxa de desmatamento e a consequente emissão de Gases de Efeito Estufa por meio de estratégias que promovam a conservação de florestas e áreas de vegetação nativa na Amazônia e Cerrado, contribuindo também para melhorar as condições de vida de populações tradicionais e povos indígenas.

Para isso, conta com quatro iniciativas complementares, com destaque para o fortalecimento de Unidades de Conservação (UCs) do Cerrado. O Programa apoia 21 UCs de 4 estados: Goiás, Maranhão, Mato Grosso e Minas Gerais, que totalizam 1,2 milhão de hectares.

### 2. Parque Estadual da Serra Azul

**Nome da UC:** Parque Estadual da Serra Azul

**Localização:** O Parque localiza-se no município de Barra do Garças, próximo à divisa do estado de Goiás. O Parque está situado a 420km em linha reta da capital de Cuiabá e a 464km de Brasília.

**Área da UC:** 11,000,02 hectares

**Formas de Acesso:** O Parque possui as seguintes formas de acesso ordenadas: pela Escadaria da Fé, onde os visitantes praticam atividades físicas e ao chegar no topo, contemplam o horizonte e pela estrada pavimentada na zona urbana (via Av. Serra Azul ou Rua Marinho Ferreira Guedes) onde os visitantes têm acesso com veículos com no mínimo 04 rodas, bicicletas ou a pé. Também há o acesso a pé não ordenado pelo Clube da Usina e pela trilha de acesso à Cachoeira Pé da Serra, posto que tais locais ainda não foram indenizados.

**Infraestrutura da UC:** O Parque possui edificações de uso público que também servem à gestão administrativa: guarita da Escadaria da Fé, edificação no Mirante do Cristo, edificação na Entrada Principal e o Centro de Atendimento ao Visitante. Este último possui sanitários, incluídos familiar, PcD, bebedouro, e um espaço interativo com informações sobre o Parque. Na entrada da trilha das cachoeiras do Córrego Voadeira existe uma guarita com 1 sanitário em fibra de vidro e um

posto com edificação. Além disso, o Parque possui sistema de videomonitoramento com câmeras distribuídas estrategicamente em seu entorno e também nas entradas e nos atrativos de uso público.

**Ano de Criação:** 31 de maio de 1994



Imagem da área do Parque Estadual da Serra Azul.

### Situação fundiária

Conforme as informações do instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT) (FEMA, 2003) o Parque da Serra Azul apresentava vinte e oito propriedades rurais inseridas em seus limites e um conjunto de terrenos não quantificados com e sem edificações em zona urbana.

Conforme levantamento realizado pela empresa Plantuc visando a revisão do Plano de Manejo do Parque, atualmente as áreas a serem indenizadas estão informadas no mapa na zona divergente (anexo I).

### Uso e recursos já conhecidos:

Um levantamento de dados e análises do IBGE, buscou identificar ações de uso para o município de Araguaiana e Barra do Garças.

Município	Atividades
Araguaiana	<ul style="list-style-type: none"><li>• Áreas de pastagem com criação de gado predominam o território ocupado pelas propriedades rurais inseridas no Parque.</li></ul>

Barra do Garças	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas de pastagem com criação de gado predominam o território ocupado pelas propriedades rurais inseridas no Parque. Também há cultivos anuais e criação de pequenos animais.</li> <li>• As áreas em zona urbana predominam edificações residenciais e comerciais e também chácaras de moradia e recreação.</li> <li>• Temos 02 clubes de recreação, o Clube da Usina e o Clube Bancrevea.</li> </ul>
-----------------	--

**Povos indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) já conhecidos no interior da UC e no entorno:**

Não há área indígenas ou de comunidades tradicionais na UC.

**Tamanho das áreas ocupadas e locais onde há uso de recursos:**

No setor sudoeste, estão presentes cerca de oitenta casas referentes à ocupação do Bairro Jardim Pitaluga, anterior a criação da UC.

No setor sul, próximo à Cachoeira Pé da Serra há um loteamento, autorizado pela prefeitura, registrado e aprovado em lei municipal. Se denomina Jardim Amazônia II.

Os locais restantes que podem ser citados são: Clube da Usina, Clube Bancrevea, parte da propriedade rural em nome de Roldão Diniz Aguirre, áreas onde se localizam os acessos e as Cachoeiras da Usina e do Recanto e ao Clube Bancrevea.

Na zona rural há parte de áreas em propriedades rurais que precisam ser levantadas, a saber: Fazenda Reata, Pousada das Garças, São Miguel, São Bento, dentre outras. A Fazenda São Bento possui georrefenciamento e possui a maior área a ser indenizada.

**Conflitos existentes:**

Os atuais ocupantes das áreas ainda não indenizadas, no perímetro urbano, pleiteiam em sua maioria pela indenização ou pela redefinição dos limites do Parque (Jardim Pitaluga).

Na zona rural as áreas deverão ser indenizadas. Não há termos legais que disciplinam o uso das áreas referidas, sendo que no Clube da Usina e Clube Bancrevea há notificação com itens orientando sobre restrições ao funcionamento.

### 3. Situação fundiária e uso de recursos naturais das Unidades de Conservação

O Parque Estadual da Serra Azul possui uma vasta área de 11,000,02 ha, situado na maior parte no município de Barra do Garças e, em menos, no município de Araguaiana. Um dos grandes desafios da gestão das unidades de conservação é o ordenamento territorial, visto que há propriedades não indenizadas inclusas no território, dessa forma a regularização fundiária tem a intenção de remover as ocupações incompatíveis com o regime jurídico da unidade de conservação, tendo como dois deles: a ocupação inadequada que causam alterações no equilíbrio ecológico e os grupos que não compartilham do mesmo objetivo da UC (uso indireto tendo a prioridade de conservação e preservação).

Os índices básicos cadastrais permitem visualizar as características básicas dos imóveis rurais, possibilitando entender como funciona o espaço agrário em um determinado município. Os índices são definidos com o objetivo de dimensionar e classificar os imóveis rurais sendo realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SINCAR), existe um total de quatro propriedades registradas no CAR que estão no interior do Parque Serra Azul e em seu entorno, na APA foram identificadas 99 propriedades (não indenizáveis). O somatório da área registrada pelo CAR das propriedades inseridas no interior da UC corresponde a 530,67 ha, aproximadamente 4,82% de sua área total.

O Parque possui cerca de oitenta casas no setor sudoeste (Bairro Jardim Pitaluga), um loteamento no setor sul (Jardim Amazônia I) registrado e aprovado pela prefeitura onde há estrutura de água e rede de esgoto e que não tem a totalidade dos lotes demarcados a campo. Além disso, há o Clube da Usina e o Clube Bancrevea, áreas que não são regularizadas do ponto de vista fundiário e os acessos às Cachoeiras Pé da Serra e do Recanto.

A situação atual é conflitante, envolvendo interesses e direitos de ambos os lados (da UC e dos proprietários), mas com a ausência de informações fidedignas sobre essas propriedades, sendo que a SEMA se encontra limitada em sua capacidade de ação motivado pelas escassas políticas de governo visando a regularização das UC's. Destaca-se que o referido loteamento e a área no Jardim Pitaluga existiam no local antes da criação da UC, fator importante que precisa ser analisado cautelosamente.

No momento atual há processo com deferimento pela GRPQ\_APASA e demais setores da SEMA visando a retirada do Parque das áreas com edificação consolidadas no Jardim Pitaluga e no Jardim Amazônia II e a inclusão de novas áreas nativas significativas, com possibilidade de ampliação da área total do Parque.

Quando falamos de uso da terra, o uso agropecuário sem planejamento das áreas de Reserva Legal e da manutenção das APP's visando a efetivação dos corredores ecológicos, se torna obstáculo para que a UC possa cumprir com objetivo de proteção (conservação e preservação) especialmente por propiciar a fragmentação dos habitats, além do processo de urbanização ao sul que pode vir a expandir pela pressão imobiliária.

Essa situação, prevê uma paisagem alterada e que desfavorece a dispersão e conexão de espécies do Cerrado, isso inclui tanto a fauna quanto a flora e impacta de fato negativamente os corredores ecológicos.

## 4. Objetivo

Esta contratação tem por objetivo levantar os dados disponíveis sobre ordenamento territorial do Parque Estadual da Serra Azul, possibilitando que o Estado atue para avançar com os diagnósticos da situação fundiária e do uso de recursos da UC. O trabalho será orientado visando atender os seguintes objetivos específicos:

- a. Caracterizar os imóveis e ocupações existentes no interior da UC, incluindo a identificação de posses e propriedades (matrícula dos imóveis), ou a inexistência delas;
- b. Apresentar a documentação cartorial que comprove a propriedade dos imóveis no interior da UC;
- c. Relacionar os usos das áreas indenizáveis atualmente ocupadas, seja rural ou urbano;
- d. Elaborar de minutas de Termos de Compromisso para os casos em que as partes indicarem como necessário;
- e. Recomendar alternativas de solução para o Órgão Gestor, a fim de resolver o passivo de ordenamento territorial de suas Unidades de Conservação.

O próximo tópico irá descrever as atividades e produtos. Em todo caso, é importante que as organizações candidatas mantenham em vista estes objetivos quando forem elaborar suas propostas técnicas.

## 5. Atividades e produtos

### **Produto 1 – Plano de trabalho**

O Plano de Trabalho deverá conter de forma detalhada a estratégia de execução dos trabalhos pela Contratada.

A contratada deve apresentar e discutir a metodologia, técnicas e métodos de todas as etapas e fases do trabalho. O Plano de Trabalho deve espelhar a forma de trabalhar da Contratada. O cronograma deve conter todas as atividades a serem realizadas, inclusive aquelas que serão desenvolvidas em conjunto com o Órgão Gestor, indicando responsáveis, datas, meios, envolvidos e providências. O Plano de Trabalho deve incluir um cronograma de execução das atividades, não se restringindo às etapas indicadas no presente Termo de Referência.

- Reunião online com o Órgão Gestor (CUCO e setores pertinentes) e com a UC (Gerência Regional). A atividade terá até 4 horas de duração, podendo ser dividida em mais de um encontro virtual de acordo com cronograma preestabelecido entre os setores participantes
- Participação remota e/ou presencial em reunião (reuniões) do Conselho Consultivo do Parque no total de até 04 horas a ser escalonada no período de vigência do contrato, sendo indicada reunião presencial durante o período de trabalho a campo de acordo com a gestão da UC e equipe de planejamento/análise dos produtos.
- Mapeamento e solicitação de dados disponíveis junto ao Órgão Gestor.

- Identificação, junto à gestão da UC, de quais cartórios são importantes para a realização desta consultoria.

- Elaboração do Plano de Trabalho, que deverá conter pelo menos as seguintes informações:

- I. Atividades que serão realizadas em cada produto;
- II. Premissas que levaram à escolha de cada atividade;
- III. Metodologia empregada para a realização das atividades;
- IV. Ações esperadas do Órgão Gestor e da gestão da UC em cada produto;
- V. Recursos que serão empregados nas atividades de campo;
- VI. Cronograma detalhado de atividades;
- VII. Indicadores e meios de verificação de avanço.

## **Produto 2 – Caracterização preliminar**

Neste Produto, a Contratada realizará a coleta, análise e sistematização das informações e dados secundários pré-existentes relacionados à situação fundiária e uso de recursos naturais na UC.

A caracterização visa levantar todos os dados disponíveis para que sejam alcançados os objetivos desta consultoria e produzir a base teórica que será empregada nos próximos produtos. Esperam-se as seguintes atividades:

- Processamento dos documentos recebidos do Órgão Gestor, mapeados no produto anterior;
- Levantamento de dados secundários disponíveis;
- Indicação das lacunas que deverão ser respondidas nas visitas a campo na UC (Produto 3) e em visita a cartórios (Produto 4);
- Banco de Dados Geográficos dos imóveis;
- Produto de relatório final discutindo os dados levantados.

Em relação ao banco de dados geográfico (SIG) dos imóveis que compõe a UC e à elaboração do material cartográfico, a apresentação de informações geoespaciais deverá adotar a padronização aceita pela SEMA-MT e/ou órgão competente relacionado.

Os arquivos digitais com a representação dos objetos deverão ser entregues exclusivamente nos formatos Shapefile (contendo as extensões: .shp, .dbf, .shx .prj) ou Geopackage (.gpkg) e os arquivos Google Earth (.kml e .kmz). Os arquivos deverão ser elaborados em coordenadas UTM e referenciadas ao Datum SIRGAS 2000 (código EPSG: 31982, 31983 ou 31984 de acordo com o fuso da localização das UCs), que é o oficial do Sistema Geodésico Brasileiro.

A escala de trabalho desejada é de 1:10.000, contudo, de acordo com a área dos imóveis e da UC, é aceitável escalas de até 1:25.000, ajustada para que a área de estudo tenha formato de saída de impressão A2, por exemplo.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

a. Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:

- Quais dados secundários estão disponíveis sobre este tema? Há dados, por exemplo, do IBGE ou da base de dados do governo estadual?

- Quantas famílias residem ou possuem propriedades/posses no interior da Unidade (rural e urbana)?
- Os imóveis estão georreferenciados?
- Os imóveis encontram-se no Cadastro Ambiental Rural (CAR)?
- Possuem certificação no Sistema de Gestão Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SIGEF/INCRA)?
- Quais as matrículas de imóveis identificadas?
- Quais atividades econômicas ocorrem nos imóveis e ocupações existentes na UC?
- As informações secundárias condizem com o que se observa em campo?
- Quais são as benfeitorias existentes nas propriedades?
- As lacunas relativas aos levantamentos fundiários e socioeconômicos identificadas na etapa anterior foram atendidas?

Destaca-se que a contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas no quadro acima.

Entrega final: Relatório de caracterização das áreas não indenizadas na UC.

### **Produto 3 – Investigação complementar em campo**

Deverá ser realizada atividade na UC com duração de 10 dias de trabalho em campo, não considerando os dias de deslocamento. Será obrigatória a presença em campo dos dois profissionais que serão avaliados neste processo seletivo.

Toda a extensão em que há ocupação humana ou uso de recursos naturais deverá ser percorrida pela equipe da consultoria. As áreas que deverão ser percorridas são apresentadas nos Anexos. A atividade em campo será acompanhada pela gestão da UC.

O trabalho em campo deverá possibilitar que todas as propriedades indenizáveis sejam identificadas. Deverá também nortear o trabalho que será feito em cartório, contemplado no produto seguinte.

Deverá ser apresentada previamente a metodologia de coleta das informações de campo. Para isso, uma proposta detalhada das atividades deverá ser apresentada ao órgão gestor, contendo a metodologia e os atores que serão acionados.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

- a. Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:
  - O georreferenciamento (resultado do produto anterior) condiz com o que se observa em campo?
  - Identificação dos ocupantes das áreas indenizáveis, nas áreas urbana e rurais

Informações requeridas: Nome (s) do(s) proprietário(s); Documentos básicos do(s) proprietário(s) - se pessoa física: Nome, CPF, RG, telefone, e-mail, estado civil e endereço - caso haja mais de um proprietário, ou o proprietário seja casado, deverá ser coletado as informações para todas as pessoas; se espólio: Nome do inventariante e de todos os herdeiros, CPF, RG, telefone, e-mail, estado civil, endereço - deverá ser coletado as informações para todas as pessoas); se pessoa jurídica: Estatuto social, CNPJ, procuração com poderes para celebrar o negócio jurídico, RG e CPF do representante legal, comprovante de conta bancária e certidão

negativa de débitos com o INSS e FGTS. Informações do imóvel: Número da Certidão de registro do imóvel;

- Quais as matrículas dos imóveis?

*A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas no quadro acima.*

**Entrega final:** Relatório detalhando os objetivos, meios utilizados e resultados alcançados nas visitas de campo. Deverá indicar também os dados que serão buscados na etapa seguinte, principalmente o número das matrículas dos imóveis, de levantamento cartorial.

#### **Produto 4 – Levantamento cartorial**

A contratada deverá executar o levantamento cartorário incluída toda cadeia dominial (até a localização do título originário) dos imóveis, certidões de ônus e demais etapas do produto.

O objetivo é que o levantamento em cartório complemente as informações ausentes nos produtos anteriores. Caberá às empresas candidatas propor tarefas que enderecem todas as perguntas de todos os produtos.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

a. Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:

- Quantos imóveis urbanos e rurais existem na UC atualmente?
- Quantos hectares estes imóveis ocupam individualmente, rural e urbano e no total?
- Qual a situação documental de cada imóvel?
- O imóvel está cadastrado em loteamento urbano regula ou no INCRA (Certificado de Cadastro de Imóvel Rural) e/ou se o ocupante paga ITR ou IPTU?
- Quais imóveis são ocupações anteriores à criação da UC?

*A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas no quadro acima.*

Após o levantamento cartorial, deverá ser produzido um relatório compilando todos os dados levantados até então (produtos 2, 3 e 4). Ou seja, as informações obtidas de fontes diversas, mas sobre o mesmo assunto, deverão ser agrupadas. Esta entrega subsidiará os próximos produtos.

Todos os dados gerados deverão ser disponibilizados para o Órgão Gestor. Os formatos e informações, descritos no item 7 deste termo de referência, deverão constar neste produto para que os conteúdos sejam incorporados ao banco de dados da instituição.

**Entrega final:** Relatório completo sobre situação fundiária e usos da UC, reunindo informações levantadas por dados secundários, em campo e em cartório. As certidões deverão ser entregues junto ao relatório, bem como as peças técnicas (planta e memorial descritivo) devem ser elaboradas e entregues com todos os azimutes, distâncias, área e perímetro calculados diretamente em sistemas de coordenadas projetadas, preferencialmente o UTM (Universal Transverse Mercator), referenciado ao SIRGAS2000, de modo a assegurar a precisão dos dados e a conformidade com os padrões cartográficos oficiais.

#### **Produto 5 - Recomendações à gestão da UC**



Com base nas experiências obtidas nos produtos anteriores, a contratada deverá produzir recomendações para a gestão da UC. Alicerçando as discussões nos dados levantados, espera-se a discussão de temas como:

- Como podem ser agrupados e classificados os diferentes casos relacionados ao uso do solo e dos recursos naturais da UC?
- Quais encaminhamentos podem ser dados em cada caso e por quê?
- Quais casos são prioritários para ação do Órgão Gestor, especialmente no que concerne aos objetivos do Parque Serra Azul?
- Quais imóveis precisam ser visitados pela Administração Pública a fim de ser feito o levantamento detalhado dos valores a serem pagos como verba indenizatória?
- Quais são as situações encontradas que demandam atenção da gestão da UC de forma mais urgente?
- Quais alternativas ou mecanismos legais o Estado dispõe para a regularização da situação fundiária da UC?

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

a. Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:

- Quantos deverão ser desapropriados?
- Quais imóveis não deverão ser desafetados no curto e médio prazo?
- No entendimento da consultoria, quais áreas seriam prioritárias para desapropriação? Qual a justificativa?

*A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas no quadro acima.*

Entrega final: Relatório contendo a situação de cada ocupante da UC, indicando encaminhamentos que podem ser adotados pelo Órgão Gestor.

## **Produto 6 - Termo de Compromisso e instrumentos afins**

Um dos encaminhamentos possíveis para conflitos relacionados à questão fundiária e ao uso de recursos naturais das UCs é o uso de Termos de Compromisso (TC). Este instrumento não se aplicará a todos os casos, sendo a definição da estratégia para cada caso uma prerrogativa do Órgão Gestor, com base na discussão realizada no produto anterior. Além disso, há outros instrumentos e diretrizes de possível emprego, que poderão ser substitutos dos Termos de Compromisso.

Ao realizar a análise do produto anterior, o Órgão Gestor irá indicar quais grupos de usuários e/ou ocupantes serão trabalhados por meio de Termos de Compromisso (TC) e por instrumentos afins. Ao término do Produto 5, o Órgão Gestor indicará quantas minutas deverão ser produzidas. Este número ficará entre 1 e 10 minutas, entre TC e instrumentos afins.

As minutas serão entregues para o Órgão Gestor, que decidirá por seu emprego imediato ou não, com ou sem alterações na minuta. É prerrogativa da Administração Pública, e não da contratada, dar encaminhamento à resolução de conflitos por meio de qualquer instrumento. Salienta-se então que a aplicação ou entrega dos instrumentos em campo está fora do escopo desta contratação.

Durante a construção deste produto, espera-se que a contratada embase de maneira substancial as minutas de TCs e instrumentos afins. A discussão que levará à construção de cada minuta importará tanto quanto a própria minuta.

A contratada deverá realizar um levantamento de Termos de Compromisso e de outros instrumentos similares em uso no Brasil. Também deverá ser produzido um texto sobre o conteúdo ideal de um TC ou instrumento similar, envolvendo as questões que devem ser observadas, o método participativo apropriado para construção destes acordos e o arcabouço jurídico relacionado a este tema.

Acerca desta UC em específico, a discussão deverá contemplar as particularidades de cada caso que será endereçado via Termo de Compromisso ou instrumento similar. Ou seja, não se espera um documento inespecífico, que sirva para situações diversas, e sim um conjunto de instruções que auxilie o poder público a dar encaminhamento nas questões particulares desta UC.

Tudo aquilo que o Estado deverá considerar para o desenvolvimento de TCs e instrumentos afins para o Parque Estadual da Serra Azul deverá ficar explícito. Todo este conteúdo discutido, do geral ao específico, deverá ser empregado como base para a elaboração das minutas que serão entregues ao Órgão Gestor apoiado pelo COPAÍBAS. Junto à discussão, as minutas comporão o produto final.

As atividades acima descritas deverão minimamente responder às seguintes perguntas:

- a. Sobre imóveis e ocupações existentes no interior da UC:
  - Quais atividades poderiam ser normatizadas por meio do estabelecimento de Termos de Compromisso ou termo equivalente?
  - Qual seria o escopo do termo de compromisso (objetivos, requisitos, papéis, trâmites, casos semelhantes já pactuados ou em andamento, etc.)? É possível propor um exemplo com base em casos exitosos?

*A contratada deverá prever novas atividades para este produto caso entenda que as sugeridas não são suficientes para responder às perguntas indicadas no quadro acima.*

Entrega final: Relatório contendo as discussões sobre o que o Órgão Gestor deverá ter em vista para elaborar seus Termos de Compromisso ou instrumentos similares para esta UC, além das minutas desenvolvidas com base na referida discussão.

## 6. Cronograma e Pagamentos

Os produtos deverão ser entregues conforme prazo disponível na tabela abaixo, que contém também os pagamentos por cada entrega.

<b>Produtos</b>	<b>Prazo (dias corridos a partir da assinatura do contrato)</b>	<b>Prazo de análise de produtos (dias a partir da entrega dos produtos)</b>	<b>Pagamento</b>
1 – Plano de Trabalho	20	10	10%
2 – Caracterização preliminar	60	10	15%
3 – Levantamento em campo	140	10	15%
4 – Levantamento cartorial	240	40	25%
5 – Recomendações à UC	280	10	10%
6 – Termos de Compromisso	350	10	25%

As atividades descritas neste TdR deverão ser desempenhadas no prazo de 350 dias e a vigência do contrato será de 430 dias após assinatura, de acordo com o cronograma de entrega dos produtos.

Caso os produtos sejam aprovados antecipadamente, o pagamento será feito sem que seja preciso esperar os prazos acima listados.

Devem estar inclusos no valor da proposta a remuneração dos serviços prestados pela consultoria (pessoal, logística, materiais, etc.), bem como todos os encargos sociais estipulados na legislação fiscal e trabalhista.

A contratada deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o Funbio, em meio digital (por e-mail, para [D2contratos@funbio.org.br](mailto:D2contratos@funbio.org.br); [copaibas@funbio.org.br](mailto:copaibas@funbio.org.br)), devidamente aprovados pelos gestores da UC.

O contrato será celebrado com o Funbio com recursos do Programas COPAÍBAS e o pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, da nota fiscal e do Termo de Recebimento e Aceite - TRA. Trata-se do documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com o solicitado.

Os produtos deverão ser entregues ao responsável pelo contrato, servidor(es) do Órgão Gestor beneficiário, que irá avaliar e aprová-los. Caso os produtos não se apresentem satisfatórios para a aprovação pelo Órgão Gestor, a contratada deverá proceder às alterações até que os documentos atendam ao solicitado, para então serem aprovados. O Órgão Gestor terá 10 dias corridos para a aprovação de cada produto, exceto o Produto 4, que o órgão terá até 40 dias.

## 7. Forma de apresentação

Os produtos deverão ser entregues em idioma português brasileiro, revisados e de acordo com a gramática vigente.

A formatação dos produtos entregues deverá ser baseada nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou outras normas específicas, conforme cada caso, assim como deverá seguir as orientações emitidas pela Equipe de Planejamento. Todos os produtos finais deverão ser apresentados em capa padrão e diagramados.

As imagens devem ser entregues em arquivos de alta e baixa resolução, em formato .tiff ou .jpeg, georreferenciadas, conforme o caso.

Toda a base cartográfica do projeto deve ser georreferenciada e entregues os shapefiles de todos os mapas, assim como as tabelas de dados, os metadados, os arquivos em formato geodatabase, os projetos nos softwares de SIG (.mxd e .qgs) e o banco de dados espaciais elaborado.

Os arquivos de texto devem estar em formato .docx e as planilhas em formato .xlsx. Os produtos deverão ser enviados também em formatos compatíveis com o pacote Libreoffice.

As peças técnicas (planta e memorial descritivo) devem ser elaboradas e entregues pela empresa contratada no Produto 4 com todos os azimutes, distâncias, área e perímetro calculados diretamente em sistemas de coordenadas projetadas, preferencialmente o UTM (Universal Transverse Mercator), referenciado ao SIRGAS2000, de modo a assegurar a precisão dos dados e a conformidade com os padrões cartográficos oficiais.

Versões preliminares devem vir com marca d'água que indique esse status.

A versão final de todos os produtos deverá ser entregue em formato digital e uma cópia em formato analógico, cujo armazenamento é de responsabilidade da Contratada, o que também se aplica aos arquivos de apoio e às versões preliminares. Por arquivos de apoio, entende-se: mapas, imagens de satélite, dados vetoriais, textos, tabelas e planilhas, croquis e desenhos, fotos e vídeos. Todos os aplicativos usados, bem como as autorias, créditos institucionais, datas e locais de publicação devem aparecer de forma clara, tanto nos documentos impressos como nos arquivos eletrônicos, de forma que os nomes dos autores apareçam separados dos nomes das instituições.

## 8. Insumos necessários e responsabilidades

Caberá à Contratada:

- Adquirir as autorizações ou documentos equivalentes porventura necessários à execução dos trabalhos deste TdR.
- Utilizar sua própria equipe técnica, material e local de trabalho, fornecendo os insumos necessários ao bom desenvolvimento dos serviços descritos neste TdR, tais como computadores, *softwares* de SIG, serviço de armazenamento e compartilhamento em nuvem, sistema de videoconferência e suíte de escritório;
- Custear as despesas relacionadas a honorários, seguros, encargos sociais e trabalhistas de sua equipe;

- Custear as despesas de sua equipe nas atividades presenciais, tais como reuniões, reconhecimento de campo e oficinas, incluindo custos relacionados a deslocamento de ida e retorno (passagens, veículos, combustível), hospedagem, alimentação e outros;
- Custear as despesas de diagramação e impressão de documentos, tais como mapas, textos, figuras e afins;
- Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto do contrato em que o Órgão Gestor verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, obedecendo aos prazos estipulados em cronograma constante no Plano de Trabalho e a vigência contratual.

Caberá ao Órgão Gestor:

- Disponibilizar à contratada todos os documentos existentes em seu domínio que possam contribuir com a elaboração desta consultoria, mediante prévia solicitação e análise;
- Providenciar documento de apresentação da contratada como responsável técnica por esta consultoria para todos os fins que possam ser necessários;
- Examinar e avaliar os materiais apresentados pela contratada, a fim de deliberar pela aprovação ou rejeição nula, parcial ou integral destes, baseando-se nas previsões deste TdR, nas cláusulas contratuais e/ou no Plano de Trabalho previamente aprovado ;
- Se responsabilizar pelo deslocamento, alimentação e hospedagem de sua equipe para as atividades em campo, sem com isso onerar a contratada;
- Mediar a relação com os proprietários sempre que houver potencial de conflito e houver solicitação por parte da contratada.
- Apoiar a contratada no desenvolvimento das atividades previstas neste TdR, conforme solicitação desta.

## 9. Qualificação das organizações candidatas

A Pessoa Jurídica interessada na execução dos serviços deste TDR deve possuir experiência com levantamentos fundiários e socioeconômicos em Unidades de Conservação. Organizações candidatas que não possuírem ao menos uma experiência com levantamentos fundiários em Unidades de Conservação serão eliminadas sem que os demais quesitos sejam avaliados.

As concorrentes serão ainda avaliadas quanto a experiência com estudos que demandaram Consultas Livres, Prévias e Informadas, critério este que será apenas classificatório, e não eliminatório.

Atenção: Para pontuação, serão considerados apenas experiências recentes das empresas e que se relacionem com o tema desta contratação. Pedimos por gentileza que não enviem experiências anteriores ao ano de 2020 ou que não se relacionem diretamente com o tema.

A interessada deverá possuir equipe composta pelos seguintes profissionais especializados, com formação acadêmica de nível superior, enquadrados nos perfis a seguir:

Perfil 01 - Coordenador do Trabalho: 1) Qualificações gerais: formação em nível superior na área ambiental. Serão considerados cursos como Ciências Biológicas, Ecologia, Geologia, Geografia, Agronomia, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Engenharia de Agrimensura, Ciências Sociais. Demais cursos serão pontuados de acordo com a banca avaliadora; 2) Coordenação em

atividades que envolvam levantamento de situação fundiária e georreferenciamento; 3) Coordenação de trabalhos na área ambiental e/ou socioeconômicas focadas em conflitos pelo uso da terra ou pelo uso de recursos naturais. Receberão uma melhor avaliação das experiências que envolvam a gestão de Unidades de Conservação.

Perfil 02 – Especialista em situação fundiária: 1) Qualificações gerais: Formação acadêmica superior em Direito. 2) Experiência em diagnósticos e levantamentos relacionados com situação fundiária. 3) Experiência com levantamentos cartoriais referentes à posse e ao uso da terra.

Perfil 03- Especialista em Geoprocessamento. 1) Qualificações gerais: Formação acadêmica superior em Geografia, Agronomia, Engenharia (Ambiental, Civil, Cartográfica, de Agrimensura e Cartográfica), Arquitetura, Geologia, Ciências Biológicas. 2) Experiência em criação de mapas e relatórios, análise de dados espaciais, gestão de recursos, planejamento, desenvolvimento e uso de ferramentas. 3) Experiência com levantamentos fundiários em UC's e utilização de tecnologias avançadas para coletar, processar e analisar dados espaciais.

Caberá ao Coordenador conduzir o processo de planejamento e execução dos trabalhos deste TdR junto à sua equipe. É necessário que tal profissional tenha habilidade para mediação e resolução de conflitos, promoção de acordos entre diferentes atores envolvidos em questões de ocupação do solo e uso de recursos naturais da UC, assim como capacidade de liderança. O profissional especialista terá como propósito assessorar o Coordenador na elaboração dos produtos, atuando no levantamento e análise de informações e dados relacionados ao escopo desta contratação

Todos os profissionais listados acima deverão participar integralmente da atividade de campo. Por integralmente, entende-se que os integrantes deverão estar em campo durante todos os dias de atividade e deverão participar de todas as reuniões. Deverão também assinar e se responsabilizar pela entrega de todos os produtos. Substituições na equipe só serão aceitas se autorizadas pelo contratante, mediante aval do Órgão Gestor beneficiário desta contratação.

A equipe descrita acima é entendida como mínima para execução desta consultoria e é por meio destes profissionais que será avaliada a capacidade técnica do quadro da concorrente. Contudo, outros profissionais que a proponente julgar necessário poderão ser apresentados na proposta a ser submetida, como técnicos de apoio, a fim de assegurar o cumprimento dos prazos indicados neste Termo. Por exemplo, espera-se que a empresa selecionada conte com ao menos um profissional especializado em geoprocessamento, já que há muitas tarefas que demandarão a presença deste profissional.

Pede-se que a organização concorrente destaque em sua proposta quais serão os dois profissionais que assumirão os perfis acima destacados, lembrando que estes profissionais deverão estar presentes nas atividades de campo e reuniões, inclusive virtuais, conforme apontado neste TDR.

Atenção: Para pontuação, serão considerados apenas experiências recentes dos profissionais e que se relacionem com o tema desta contratação. Pedimos por gentileza que não enviem experiências anteriores ao ano de 2020 ou que não se relacionem diretamente com o tema.

**ATENÇÃO:** Não serão avaliados currículos de profissionais que contenha mais de três páginas ou que estejam em formato Lattes. Os currículos dos profissionais listados acima deverão ser feitos especificamente para este processo seletivo.

A experiência da pessoa jurídica será comprovada por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da licitante, impressos em papel timbrado do emitente, sem rasuras ou entrelinhas.

A qualificação e a experiência dos profissionais serão comprovadas por meio da apresentação de atestados de capacidade técnica, relatórios, currículos, diplomas de graduação e pós-graduação, certificados ou documentos similares.

Durante as avaliações da Pessoa Jurídica e de seus profissionais, serão consideradas apenas as qualificações relevantes para os trabalhos exigidos neste TdR, de acordo com as comprovações enviadas ao Funbio.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

**ATENÇÃO:** Esta contratação faz parte da estratégia do COPAÍBAS para a resolução de questões relacionadas ao uso do solo e dos recursos naturais das UCs apoiadas pelo Programa. Uma mesma empresa poderá concorrer em mais de um processo seletivo utilizando a mesma equipe, no entanto, será necessário demonstrar que os profissionais indicados para concorrer neste processo seletivo têm capacidade de alocar horas suficientes para cumprir este contrato (caso seja selecionado), os demais contratos em que já participa no FUNBIO e os demais contratos em que deseja concorrer em simultâneo.

## 10. Responsáveis técnicos

A responsabilidade técnica pela análise e aprovação dos produtos entregues pela contratada para execução do serviço a que se refere este Termo de Referência será da equipe instituída pelo Órgão Gestor (Equipe de Planejamento), que terá pleno acesso a todas as informações e atividades realizadas, além de acompanhar e participar de todas as etapas do processo de elaboração deste estudo.

Quaisquer modificações no escopo do trabalho ou nos prazos de entrega deverão ser previamente aprovadas pela Equipe de Planejamento, assim como devem passar pela anuência do Funbio enquanto contratante.

Os servidores indicados no ato da contratação serão responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato referente aos serviços especificados neste TdR, bem como pelo preenchimento dos TRAs (Termos de Recebimento e Aceite) e interlocução com o Funbio.

Atenção: Eventuais dúvidas sobre este Termo de Referência deverão ser direcionadas para o Funbio, conforme endereço eletrônico disponibilizado no site da instituição onde este processo seletivo foi publicado. Contatos diretos com os responsáveis técnicos ou com parceiros do estado beneficiado poderão levar à eliminação da organização candidata.

## EVENTUAIS DÚVIDAS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

1) Será feito o georreferenciamento dos 28 imóveis rurais existentes dentro do PE Serra Azul ou somente prospecção?

*Não será feito o georreferenciamento porque esta é uma obrigatoriedade do proprietário. Será feito o levantamento com base nos dados existentes junto à SEMA, INCRA, Intermat e a visita no local buscando as informações a campo, de documentos com proprietário e em Cartório.*

2) Caso seja somente prospecção dos 28 imóveis rurais existentes dentro do PE Serra Azul, será feito com GPS de navegação e apoio do google? Poderia especificar qual o tipo de equipamento exigido?

*Poderá ser feito com GPS de navegação, com base nos vértices e utilizando a base cartográfica do Intermat. Quanto aos equipamentos a empresa deverá informar qual será utilizado e informar a especificação técnica visando garantir a assertividade nos dados e eficiência e eficácia do trabalho prestado.*

3) Os aproximados 80 imóveis urbanos que estão contidos dentro do Parque Serra Azul, será feito levantamento topográfico ou somente o uso de mapeamento aéreo (drone) para identificação do perímetro e edificações por meio de vetorização + softwares de topografia?

*Não será necessário o levantamento topográfico. Pontuamos que os imóveis em loteamento possuem o mapeamento, seja pela Prefeitura, seja pela imobiliária, dispondo de maneira ágil dos dados necessários.*

4) Os 99 imóveis que estão localizados dentro da APA, será feito levantamento topográfico ou somente o uso de mapeamento aéreo (drone) para identificação do perímetro e edificações por meio de vetorização + softwares de topografia?

*O levantamento fundiário é do Parque Estadual da Serra Azul, das propriedades que incidem no seu polígono, não sendo necessárias intervenções na APA.*

5) Os aproximados quatro imóveis rurais que estão no entorno do Parque Serra Azul, será feito levantamento topográfico georreferenciados total ou somente o levantamento do perímetro parcial da área que está contida dentro da UC?

*O georreferenciamento é obrigação do proprietário. O que é necessário é o levantamento da área do imóvel que incide no Parque e os documentos comprobatórios de propriedade.*

6) Quanto ao custo das matrículas dos imóveis será reembolsado pelo gestor do contrato?

*Em relação à pergunta 6, se o custo das matrículas dos imóveis será reembolsado pelo gestor do contrato, informamos que, conforme o TdR, "A contratada deverá executar o levantamento cartorário incluída toda cadeia dominial (até a localização do título originário) dos imóveis, certidões de ônus e demais etapas do produto" e "...As certidões deverão ser entregues junto ao relatório". Portanto, o valor para os documentos cartoriais já devem estar inclusos na proposta a partir da estimativa das informações disponibilizadas.*

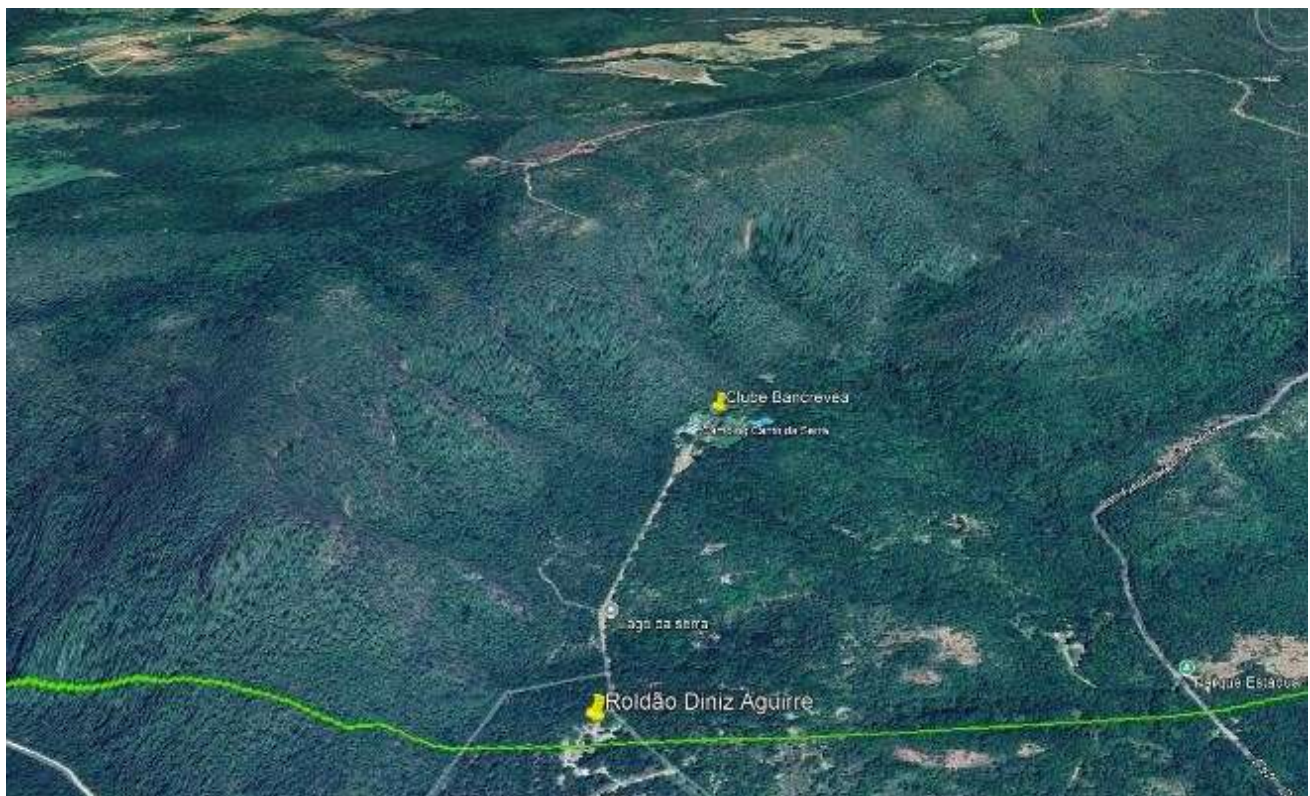


## 11. Anexos

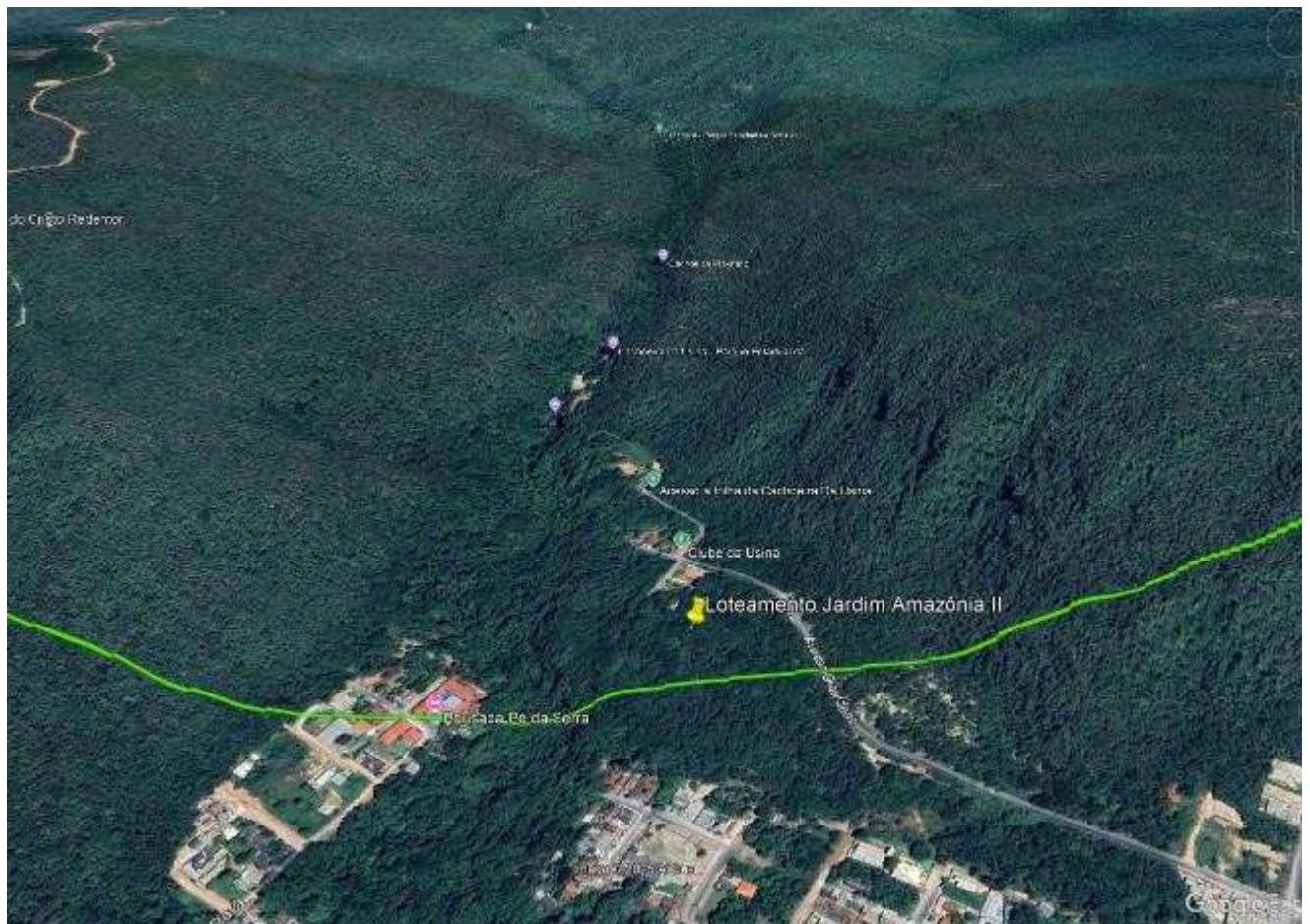
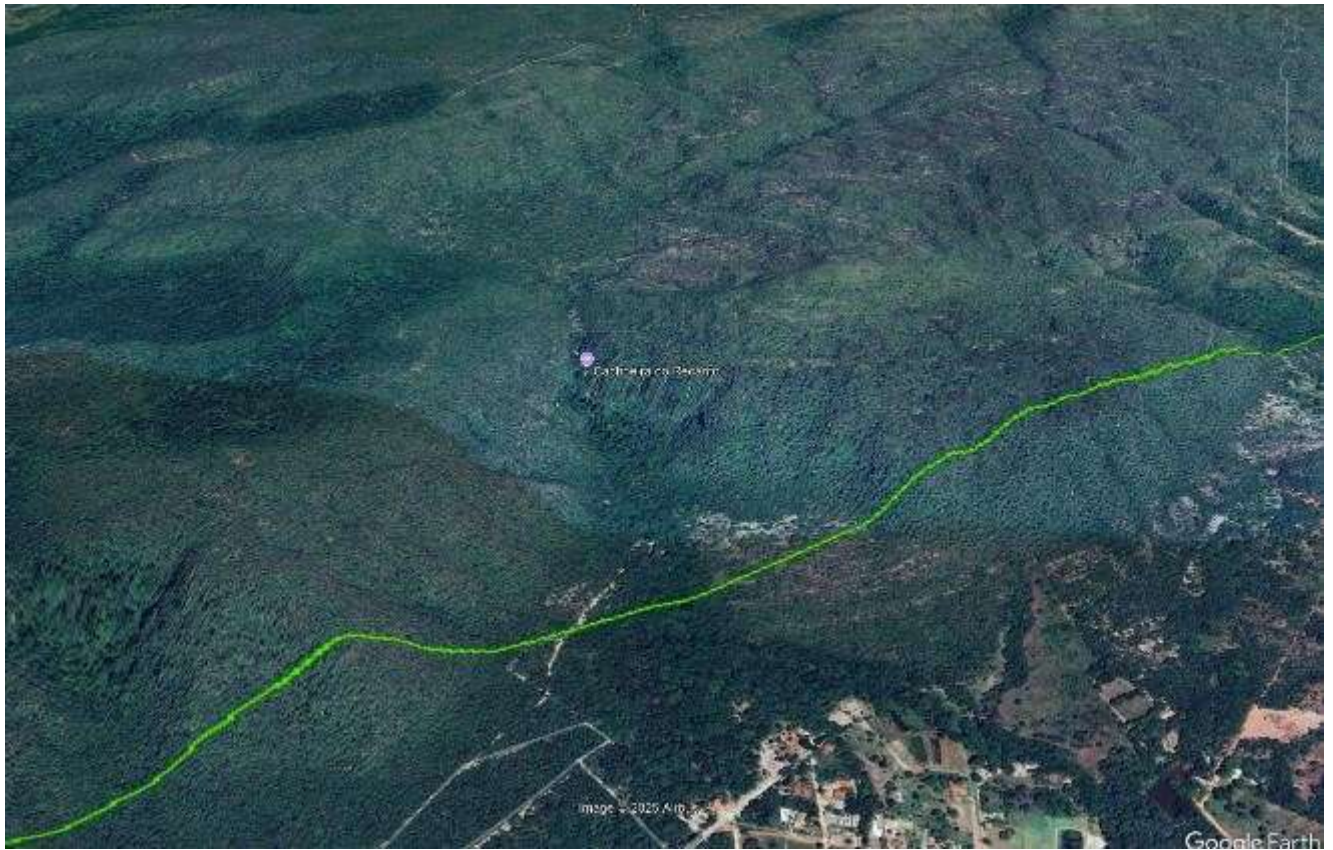
### I. Áreas de uso divergente e que deverão ser visitadas nas ações de campo.



### II. Detalhamento dos locais e acessos:













### III. Vista geral da área do Parque.



### III. Detalhe da área urbana.

